

# A VOZ de MELGAÇO

QUINZENÁRIO DE CATÓLICOS E REGIONALISTA

Proprietários: A. LUÍS VAZ e JÚLIO H. VAZ

Director e Administrador: JÚLIO HILÁRIO VAZ

Redacção e Administração: Largo da Senhora-a-Branca, 105 — BRAGA

AVENÇA — Assinatura Anual: 60\$ — Estrangeiro 100\$ — Ultr., Brasil, Espanha 80\$ ★ ANO XXVIII — N.º 539 — Melgaço, 1 de Maio de 1974 ★ Tip. Augusto Costa & C.ª, L.da - Telef. 22455 - Braga

## Desinteresse do sr. Presidente?...

O Secretário Nacional da Informação e Turismo visitou recentemente o Distrito de Viana do Castelo. Pelos relatos da imprensa soubemos que o Presidente da Câmara de Melgaço só pediu uma coisa: um subsídio para as Festas da Vila, também denominadas do Concelho. E vem um membro do Governo à Província com o objectivo de auscultar as necessidades dependentes do seu departamento, e há um Presidente de Câmara que lhe apresenta uma: ajuda para as Festas!...

Vendo nos mesmos relatos da Imprensa, que nada mais dizem a respeito de pedidos feitos pelo Presidente da Câmara de Melgaço, achamos que devemos defender a honra da nossa terra, posta em causa, sem dúvida inconscientemente, pelo dr. Sidónio. Não seria mais objectivo pedir um auxílio para a Escola de Música, que se criou na nossa vila com tantos auspícios?

Não estaria de acordo com o Departamento de Informação e Turismo, de pedir ajuda para o recheio do Museu, onde um lobo embalsamado guarda as paredes? Não há documentos a fotocopiar que dizem respeito à História de Melgaço? Não há obras publicadas que se devem adquirir? Não há quadros de Jaime Murteira e fotos de Sampayo que devem figurar nesse Museu?

Não carece Melgaço de uma Pousada, já que a de Castro não resolveu o problema central do Concelho e os hotéis do Peso encerram no Outono e Inverno?

Não havia, por imposição das exigências do Turismo, que pedir a influência do Secretário de Estado, que nos visitou, junto do Governo Português para que este intervisse em Madrid a fim de que as barragens do rio Minho fossem construídas de forma a permitir o acesso do peixe — salmão, sável, lampreia e truta — e assim se evitaria o desaparecimento de tão delicioso peixe?

Não seria oportuno falar na estrada do Mezio de forma a ligá-la à de Lamas de Mouro, abrindo desta forma Melgaço ao turismo nacional, através das lindas serras que nos dominam com entrada por Castro? Fazendo-o não concorria para se criar o verdadeiro circuito do Minho: Braga, Arcos, Melgaço, Monção, Valença, etc.?

E sabendo-se que os Hotéis do Peso servirão, um dia, de apoio ao turismo do Parque Nacional «Peneda-Gerez», por que razão o dr. Sidónio não levantou o problema tanto mais que a Empresa pensa em construir um hotel?

Como classificar a atitude do Presidente da Câmara que esqueceu todos os verdadeiros problemas turísticos de Melgaço?

Não podem os representantes do Governo adivinhar. Estes factos levam-nos a perguntar: se o Governo Civil e o Ministério do Interior podem estar satisfeitos com um colaborador destes.

O Concelho não está, e a ajuizar pelos relatos da imprensa referentes à atitude do dr. Sidónio perante o Secretário de Estado de Informação e Turismo, mais uma razão e grave veio avolumar o seu descontentamento. Ninguém gosta de ser esquecido, sobretudo quando tem direito a ser lembrado. E o representante dos nossos direitos regionais não cumpriu.

Com vista aos srs. Governador Civil e Ministro do Interior.

JÚLIO VAZ

## A Festa do Emigrante em Fiães

Transcrevemos do «Notícias de Viana», 11-4-74.

«Como estava programado realizou-se, no dia 17, a festa ao Emigrante que, este ano, apesar de ser modesta, não deixou, contudo, de ter o mais alto significado.

As 15.30, no Mosteiro completamente cheio de emigrantes e seus familiares, de várias freguesias do Concelho, foi celebrada a Eucaristia em acção de graças e sufrágio sendo intercalada, pela Assembleia, com cân-

ticos apropriados. No momento próprio o celebrante fez uma alocução de circunstâncias, tendo, a certa altura, afirmado: «Ninguém ignora os perigos morais que a emigração traz para a vida religiosa dos nossos emigrantes: ambientes diferentes e falta de assistência religiosa.

Importa, por isso, que, todos nós, nas nossas orações, nos nossos sacrifícios, e sobretudo na Eucaristia os lembremos sempre.

Não basta pedir-lhes ofertas, é preciso, isso sim, que todos lhes demos

a ajuda espiritual e moral de que necessitam.

A emigração é um direito natural que a todos pertence; contudo, cabe ao Estado regulá-la e, se possível, remover as causas que a motivam. Em muitos países os emigrantes são tratados como estrangeiros, se não, muitas vezes, como escravos. Por isso, a Igreja, pela voz dos Papas e Bispos tem lutado para que aos Emigrantes lhes sejam reconhecidos os seus di-

(Continua na 6.ª página)

## Junta de Salvação Nacional

Na madrugada de 25 de Abril eclodiu uma revolta militar que vingou, nesse mesmo dia, tendo os revoltosos criado a Junta de Salvação Nacional, que ficou assim constituída: capitão de fragata António Rosa Coutinho, capitão de mar e guerra José Baptista Pinheiro Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, general António de Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques, coronel Carlos Galvão de Melo e general Manuel Diogo Nelo.

Os componentes da Junta de Salvação Nacional compareceram na Televisão à 1.24, do dia 26, e o Presidente, general António de Spínola leu a seguinte proclamação ao País:

«Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movi-

mento em boa hora levado a cabo, pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do povo português, a Junta de Salvação Nacional a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

Garantir a sobrevivência da Nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental; promover desde já a consciencialização dos portugueses permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas e a polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, duma

assembleia nacional constituinte e a sequente eleição do Presidente da República;

garantir a liberdade de expressão e de pensamento;

abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade de eleição e a tarefa da futura assembleia nacional constituinte, e evitar, por todos os meios, que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;

pautar a sua acção pelas normas elementares da Moral e da Justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuidos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;

respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;

dinamizar as suas tarefas em ordem a que, no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;

devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções».

## O Tema do Licenciado

### A autoridade apertada nas tenazes de um dilema?

III

O sr. lic. Abel Vaz continua a fazer barulho de empreitada, através dos prelos da Gráfica Melgacense, acêrca da administração municipal do ex-Presidente da Câmara, Professor Rodrigues.

Para já conseguiu aquilo que nem sonhou: apertar a autoridade responsável nas tenazes de um dilema.

Explico e justifico: Se, como diz com tanta insistência, houve o crime de peculato, roubo, na administração do professor Rodrigues, porque é que a autoridade não actua no sentido de ser reparado o prejuízo causado ao município?

Já teve tempo mais que suficiente para quebrar tão longo silêncio, pois, o inquérito terminou em fins de 1972!

(Continua na 6.ª página)

deira devidamente preparada e abate dos carvalhos.

Obras já em construção foram embargadas, porque usaram ferro em lugar de madeira, como estava ordenado. Em relação aos carvalhos a abater, os serviços oficiais dão-lhes pinheiro.

Enquanto isto, a transformação do Parque processa-se lentamente. O turismo, que vai ser a sua maior receita ainda vem longe. Força é mentalizar os habitantes, levando-os a erguer as infra-estruturas: abastecimento de água ao domicílio, saneamento, entre outros.

E uma bomba de gasolina. E um talho. E tanta coisa mais...

Sendo tão inteligentes e de grande iniciativa, como se não lembraram ainda os naturais destas coisas?

E ligação para Espanha, por estrada. E livre trânsito na fronteira para as populações focais, de Espanha e de cá. E comércio livre, ao menos nos dias de festa.

Isolados, encostados ao muro da fronteira, se lhes não é permitido o livre trânsito, asfixiam. Vegetam. Isto deverá ser uma das primeiras coisas a pedir oficialmente.

Aliás, quando a floresta adensar, desconhecendo a fronteira, como vai ser possível impedir-lhe a passagem?



# Da Vila e Concelho

**EM VISITA**—Encontra-se entre nós, o nosso prezado amigo e assinante Sr. Inspector Armando Rodrigues Rego, acompanhado de sua esposa D. Palmira Rego, bem como de sua filha a menina Maria Mirandolina Rego, estudante do 7.º ano liceal. A este ilustre visitante que se encontra em serviço em Quelimane, província de Moçambique desejamos as maiores felicidades.

—De visita a sua família tivemos o prazer de ver nesta localidade, em gozo de licença, o nosso conterrâneo e estimado assinante, sr. António José Alves, 1.º sargento de artilharia, que em missão de soberania presta serviço na nossa província ultramarina da Guiné. Os nossos sinceros cumprimentos.

—A passar as férias da Páscoa, ao mesmo tempo que visitava sua estremeçada família, tivemos o prazer de cumprimentar o nosso particular amigo sr. João Manuel Gonçalves Barros, filho querido do sr. Alfredo Eurico de Magalhães Barros e da sr.a D. Sara Maria Gonçalves. É estudante do 5.º ano de Medicina na Universidade de Coimbra. Muitas felicidades lhe desejamos na sua vida estudantil.

**CIRCO**—Com geral agrado por parte do público, esteve a trabalhar nesta localidade o conhecido «Circo Moscovo». Actuou nos dias 10 e 11 do passado mês.

**FUTEBOL**—No passado dia 7 de Abril, no campo de jogos Dr. Sidónio Soares de Sousa, enfrentaram-se a contar para a 16.ª jornada do campeonato distrital da 1.ª divisão as turmas do S. C. Melgacense e S. D. Nogueirense. Perante a arbitragem de Simplicio Araújo, por Amândio Venâncio e Fernando Domingues (Melgaço), formaram:

**S. C. Melgacense:** Afonso; Freitas, Paiva, Zeca e Cruz; Bisca (Pélé), Mário e Zé Albano; Teixeira, Fernando e João (Domingues).

**S. D. Nogueirense:** Pita; Zé Manuel, Chaves, Luís e Silva; Mira, Agostinho e Azevedo; Joaquim, Tito e Mário (Cané). Foram marcadores Cané aos 30 minutos da 2.ª parte e Zé Albano aos 90 minutos de grande penalidade. Com a igualdade a uma bola terminou este desafio. Com mais um bocadinho de sorte poderíamos ter saído vencedores.

**BAPTIZADOS**—No dia 14 de Abril, foram baptizados na Igreja Matriz desta Vila, pelo reverendo Arcipreste Padre Justino Domingues: Paula Cristina Sarandão Alves, filha de Amadeu Augusto Alves e de D. Maria Lourdes Sarandão. Serviram como padrinhos: sr. António Joaquim Sarandão e a sr.a D. Rosa Joaquim Alves.

—Sónia Maria Teixeira Marinho, filha do sr. Manuel Gomes Marinho e da sr.a D. Maria Leonor Rodrigues Teixeira, digníssima professora, actualmente exercendo em Lisboa. Apadrinharam este acto religioso o sr. José David Rodrigues Teixeira e sua esposa D. Judite Elisete Dantas da Costa Afonso.

—José Alexandre Teixeira, filho de José David Rodrigues Teixeira e de D. Judite Elisete Dantas da Costa Afonso, professores, residentes em Monção, onde exercem. Foram padrinhos o sr. Jorge Dantas da Costa Afonso e Maria do Carmo Pereira Afonso.

—Carlos Alberto Almeida Domingues, filho do sr. Alberto Domingues, funcionário bancário, e da sr.a D. Maria Angelina Almeida. Foram padrinhos o sr. João António dos Santos Lima e a sr.a D. Maria Helena de Almeida.

**FESTA DA LAMPREIA**—Em Arbo (Espanha) como já é tradicional, realizou-se no passado dia 21 de Abril, a 14.ª Festa da Lampreia. Todos os apreciadores deste saboroso ciclóstomo, ali presentes, puderam saborear tão preciosa refeição preparada à moda espanhola.

**FALECIMENTOS**—Na sua residência sita à Calçada das Lages, em Lisboa, faleceu no passado dia 18 do mês de Abril, o nosso conterrâneo sr. Jaime Macker Gonçalves, empregado de escritório, de 59 anos de idade. Sentidos pêsames a toda a família endereça «A Voz de Melgaço».

—Em residência de sua filha, D. Vergínia Pousa Mendes, no Largo Hermenegildo Solheiro, em Melgaço, faleceu no pretérito dia 6 o sr. Ramiro Sousa Mendes. Contava 71 anos de idade. Apresentamos a toda a família enlutada sentidos pêsames.

## De Chaviães

**VISITA PASCAL**—No hábito dos mais anos, foi festejada nesta freguesia a visita de Cristo Ressuscitado quase em todos os lares Chavianenses, com um tempo bastante bom, embora se tivesse receado a chuva.

Como os dias da visita Pascal são alternados, este ano pertenceu à parte de baixo o domingo, sendo na segunda-feira à parte de cima na freguesia.

O encerramento desta visita pascal, foi como em anos anteriores a formação de uma procissão no lugar das Lages, com a cruz, lanternas e muito povo, cantando e rezando até à Igreja paroquial, onde pela última vez por este ano, a cruz foi dada a beijar Pelo Rev.do P.e acompanhante, a todas as pessoas presentes. Antes porém foi lançada a bênção do Santíssimo Sacramento.

Dado que o Rev.do pároco de Fiães, Sr. P.e Manuel Lourenço pastoreia conjuntamente esta freguesia, foi representado na visita realizada, pelo Rev.do P.e Dr. António Joaquim Esteves, natural da freguesia de Rouças. Assim terminou mais uma renovação pela passagem do tempo.

**VISITANTES**—Aproveitando a quadra festiva da Páscoa, vindos de vários pontos do país, em visita aos seus familiares e amigos, tivemos o prazer de cumprimentar nesta localidade, os seguintes Senhores e Senhoras: Dr. Manuel José Alves Ramos, professor e residente na cidade do Porto, esposa e filhos; D. Maria de Fátima Ramos professora da Escola Industrial em Penafiel; D. Natália Alves Ramos, professora de labores no Ciclo Preparatório do Concelho de Mondim de Basto; Jerónimo Vilarinho Correia, comerciante e sua esposa D. Beatriz Emília Fernandes Reinales Correia, professora do Ensino Primário, residentes em Linda a Velha; D. Rosa Maria Fernandes Reinales, Operadora dos C.T.T. em Lisboa; Manuel Luís Fernandes Reinales, Alferes Meliciano, do Regimento de Infantaria n.º 15 em Tomar; Anibal Pereira, esposa e filhos; José Esteves, motorista da coluna volante da Guarda Fiscal do Porto, esposa e filha e outros que por falta de elementos não podemos mencionar e aos quais apresentamos as nossas desculpas.

**BAPTIZADOS**—No dia 27 do mês passado, receberam o Santo Sacramento do Baptismo os irmãos gémeos, Carlos Alberto e José António, filhos de Fernando Moiena e Duartina de Castro. Foram padrinhos Carlos Vazquez e Rosa da Ribeira e António Alves e Esmeralda Mendes.

Aos neófitos auguramos-lhes um mundo cheio de muitas felicidades.

**PESCADOR COM SORTE**—O Sr. António Alves Ramos, do lugar da Igreja, herdeiro na pesqueira denominada Conle, teve a sorte de apañar nas redes que armou, em dias diferentes, dois salmões com o peso respectivo de 8 e 5 quilos, que lhe renderam a 320\$00 por quilograma.

**FALECIMENTO**—Na sua residência no lugar dos Cotos, confortada com os Santos Sacramentos da Igreja, finou-se no dia 16 do corrente mês a Sr.a Rosa Maria Alves, no estado de viúva, com 95 anos. Era mãe do sr. Cândido Esteves residente em França, das Sr.as Miquelina, Maria e Amélia Esteves.

O funeral realizou-se no dia seguinte pelas 10 horas para o cemitério local, com grande acompanhamento, depois da realização dos actos religiosos, sufragando a sua alma, na igreja paroquial. Que Deus lhe dê o eterno descanso e a todos os seus familiares em luto apresentamos os nossos sentimentos.

# BANCO FERNANDES MAGALHÃES



PORTO

LISBOA

SÍMBOLO DE SEGURANÇA E DE BONS SERVIÇOS HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO

**CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO, destacadamente:**

Em MELGAÇO — Casa José Maria Pereira  
Em FRANÇA — Banque Nationale de Paris  
Na ALEMANHA — Deutsche Bank

A sua vasta rede de instalações próprias e Correspondentes no País e Estrangeiro, aliada a uma prudente e longa actividade bancária permite-lhe executar eficientemente qualquer transferência de dinheiro com um mínimo de encargos.

**MANUEL ANTÓNIO RIBEIRO**  
SOLICITADOR

Largo Hermenegildo Solheiro  
MELGAÇO

**Dr. Oliveiros Rodrigues**  
ADVOGADO

Largo Hermenegildo Solheiro  
MELGAÇO

Anuncie em «A VOZ DE MELGAÇO»

## GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES  
COMPRA · VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664  
Telefs. 380834 · 311991 · 381032  
PORTO



## STAND MELGACENSE

DE AMADEU GOMES

Telef. 42104

- Agente exclusivo em Melgaço e Monção: das famosas marcas alemãs de frigoríficos **BOSCH**
- de Rádios e Televisores **BLAUPUNKT**
- de electrodomésticos **GRUNDIG**
- Agente exclusivo em Melgaço, Monção e Valença: das Balanças e material **A. PESSOA**
- do **GÁS MOBIL**, da **PHILIPS**
- Agente exclusivo em Melgaço: e das inultrapassáveis motorizadas **FAMEL-ZUNDAP** e **SACHES**

DÊ A SUA PREFERÊNCIA AO  
STAND MELGACENSE

Além das melhores marcas é o único que possui electricistas próprios para garantir a devida assistência e para fornecer orçamentos grátis

Se tem qualquer dúvida, consulte-nos

**NINGUÉM O FORÇARÁ A COMPRAR**

## De Paderne

**FALECIMENTOS**—Em 26 de Março último, faleceu no lugar do Souto, desta freguesia, o Sr. Armindo Augusto Nunes de Castro, casado, de 69 anos de idade, natural de Melgaço.

O seu funeral, que foi muito concorrido, realizou-se no dia seguinte.

—No dia 1 do corrente mês, faleceu no lugar de Pomares, desta freguesia, o sr. Manuel Francisco Rodrigues, viúvo, de 84 anos de idade. O seu funeral realizou-se no dia seguinte.

—No dia 7 do corrente mês, faleceu no lugar da Portela, desta freguesia, o sr. João Baptista da Cunha, casado, de 68 anos de idade, natural da cidade de Viana do Castelo, e que, durante alguns anos, exerceu com proficiência e a contento de toda a freguesia, o cargo de Sacristão da nossa Igreja.

O sr. João, além de ser um mestre no exercício da profissão a que nestes últimos anos, se dedicou, tinha muito gosto no arranjo da nossa Igreja e fazia sempre por que tudo estivesse em ordem.

O seu funeral, que se realizou no passado dia 9, foi uma verdadeira manifestação do muito que toda a freguesia o estimava e o considerava, pois nele se incorporaram pessoas de todos os lugares e de todas as camadas sociais, além de muita gente das freguesias vizinhas.

**ELECTRIFICAÇÃO DA FREGUESIA**—Nos primeiros dias deste mês, foi ligada a energia eléctrica aos lugares de Aldeia de Cima e Pinheiro. Desta maneira, dos lugares que ficam a ocidente da freguesia, apenas Sainde e Estivadas, ainda não possuem energia eléctrica, pois os restantes já foram ligados anteriormente. Apenas falta ligar a luz pública.

**VISITA PASCAL**—Embora no Domingo tivesse chovido alguma coisa, a visita pascal em nada foi prejudicada, tendo decorrido na forma e com o entusiasmo dos mais anos. —(C.)

## De Penso

23-4-74

**FESTA EM HONRA DA N.ª S.ª DA CABEÇA**—Com um dia maravilhoso, realizou-se no passado dia 16 a Festa em honra de N.ª S.ª da Cabeça, que por toda a gente do Alto Minho, é muito considerada, e reúne grande número de devotos, que vindos da vizinha Galiza, e das freguesias mais próximas dá grande Alegria à Freguesia. Para assistir às Festas, vieram de Lisboa, entre outros os seguintes conterrâneos: Professora D. Eduarda de Magalhães Vilarinho Santana, Professor Dr. António Santana, Dr. Eduardo Vilarinho e Esposa, António Esteves Reguengo, Esposa e filhas, Manuel José Pereira, Esposa e filhos, Humberto de Magalhães Pereria Esposa e filhos, Henrique Fernandes Rocha, Esposa e Mãe e muitos outros que não chegamos a ver.

**BAPTIZADO**—No dia 14 foi baptizada na nossa igreja uma filha do Casal Manuel Pinto e de Maria Jose-

fina Lopes Pinto, que recebeu o nome de Maria João. Foram Padrinhos seus tios Margarida Lopes, e seu marido António Lopes que de Lisboa vieram para o efeito.

**O TEMPO E OS CAMPOS**—Como de costume, aproxima-se o Maio o mês mais trabalhoso da lavoura, o pessoal é pouco, mas Deus nos ajudará, e tudo se há-de fazer. A vinha este Ano está um pouco atrasada, mas no Concelho de Monção já vimos sulfatar. Nós também temos que tratar da vinha, que é o que ainda compensa melhor.

Norberto Vaz

## De PRADO

**ANIVERSARIO NATALICIO**—Foi em 7 de Abril p. p. prestada homenagem com um banquete em casa de seu filho José Lourenço Gomes de Sousa em Lisboa, a Bonança Delfina Gomes Calheiros de Sousa pela passagem das 77 primaveras. Fizeram parte do mesmo, seu marido, sua irmã Rosa, aquele seu filho e esposa, sua filha Delfina Gomes de Sousa Gonçalves, seu marido Justino José Gonçalves e filhas Isabel Maria e Helena e seu filho Manuel José Gomes de Sousa, esposa e filha Cristina Maria que prepositadamente vieram assistir à festa de Cartagena, Espanha, onde se encontra em serviço de inspecção a unidades navais em construção naqueles estaleiros.

Deram-nos o prazer com convidados de honra sentando-se à nossa mesa Suas Ex.cias Dr. Raúl Gomes Dias e esposa D. Olga Marques da Costa Gomes Dias sendo o primeiro pertencente à Direcção Geral dos Serviços Pecuários e esposa, funcionária Superior da Junta de Colonização Interna.

**VISITA PASCAL**—Como nos anos anteriores foi em 14 do corrente que foi realizada a Visita Pascal, andando o pároco acompanhado dos seus paroquianos percorrendo todos os lares dando a cruz a beijar e a desejarem festas alegres e felizes. Vieram assistir ao acto e visitar suas famílias muitos emigrantes do Continente e do Estrangeiro e até das nossas províncias ultramarinas.

Como sejam os assinantes deste quinzenário: António José Alves, Digníssimo 1.º Sargento Artilheiro, que na Guiné se encontra prestando serviço em Defesa daquela Província.

DE FRANÇA — Gaspar Manuel Cortes.

DE LISBOA — Deu-nos o prazer da sua visita o dedicado assinante sr. José Manuel Jesus Pinheiro e esposa D. Maria Gonçalves Meirim de Jesus Pinheiro, empregados bancários, e inscreveu-se como novo assinante.

—Tibério Correia, de Penso, pagou a sua assinatura referente a 1974.

M. S.

**Bento Gomes**

EMPREITEIRO

Melgaço — Tel. 42113



## A necessidade de reestruturação do nosso sistema monetário-financeiro à imagem dos modelos vigentes nas economias industrializadas da Europa

— Defendida pelo Dr. Miguel Quina

- \* A tendência dominante aponta nitidamente para a consagração das soluções da banca mista ou universal.
- A despeito dos esforços até agora empreendidos

«A inflação em Portugal poderá tender para intensificar-se ao sabor de perturbações relacionadas com um impacto da crise energética nas frágeis estruturas da nossa economia».

— Afirmou o dr. Miguel Quina na Assembleia Geral do Banco Borges & Irmão

Foram aprovados, durante a Assembleia Geral realizada na sede social do Banco Borges & Irmão, os documentos da gerência de 1973 daquele estabelecimento de crédito.

Antes da ordem do dia, foi concedida a palavra ao presidente do Conselho de Administração, dr. Miguel Quina, que fez uma aprofundada análise dos traços dominantes da actual situação económica e monetária mundial e nacional, chamando em especial a atenção para problemas que afectam a vida do País e que são condicionantes dos nossos ritmos de desenvolvimento, os quais se colocam hoje com maior acuidade do que nunca, em vista, especialmente, da concorrência cada vez mais aguda que as actividades produtivas nacionais terão das de países com mais alto grau de industrialização.

Começou o dr. Miguel Quina por referir ter sido a conjuntura económica internacional profundamente abalada por efeito da emergência da crise do petróleo, no último trimestre de 1973.

Citou, depois, que entre Setembro de 1972 e Setembro de 1973 os preços de exportação dos produtos primários — com exclusão do petróleo — sofreram aumento de 30 por cento, ao passo que os preços de exportação dos produtos manufacturados apenas subiram 11 a 12 por cento, evolução que não deixou de afectar seriamente a situação das balanças de pagamentos dos países industrializados. Com esta evolução relacionou, depois, os reajustamentos operados nas posições das balanças de pagamento em 1973 — reajustamentos em que avultam «a redução do excedente comercial do Japão de 9 para 3,8 biliões de dólares e o espectacular volte-face na balança de mercadorias dos Estados Unidos, que do saldo negativo de 7 biliões apurado em 1972 passou a um excedente próximo de um bilião no ano findo».

Referiu depois o dr. Miguel Quina que o impacto dos acontecimentos seguintes ao conflito do Médio Oriente tornou mais incertas as perspectivas de instrução, em época próxima, da nova ordem monetária internacional que estava a ser preparada a partir de negociações conduzidas durante o ano transacto. Será difícil prever, assim quando se tornar possível regressar à fórmula dos câmbios estáveis, oscilando dentro de limites pré-determinados — fórmula a que a Grã-Bretanha, renunciara em meados de 1972, seguida pela Suíça, Itália e Japão.

O presidente do Banco Borges & Irmão sublinhou, depois, que o embargo aos fornecimentos de petróleo e a alta explosiva dos preços deste produto de base vieram acelerar a recuperação do dólar, que já se sentia antes de Novembro de 1973, na medida em que as balanças de pagamentos dos membros da Comunidade Económica Europeia e do Japão se mostram mais sensíveis às perturbações suscitadas na sequência do recente conflito no Médio Oriente do que a dos Estados Unidos.

Afirmando depois que serão menores para os Estados Unidos os acréscimos relativos às importações de petróleo, acrescentou:

«A este efeito comparativo favorável para os Estados Unidos haverá que somar o do reflexo macio, que se prevê, dos fundos cedidos aos países produtores para liquidação das respectivas exportações, e quer sob a forma de depósitos em euro-dólares, quer mediante a aquisição de títulos em Nova Iorque — restaurada na sua posição competitiva mercê da recente supressão dos controlos aos movimentos de capitais, que há já alguns anos vinham afectando esta praça».

A terminar a análise da conjuntura internacional, disse o orador que a alta febril que se vem registando no mercado do ouro reflecte, sem dúvida, a reacção geral de desconfiança em relação às diferentes moedas, num clima mundial de flutuação das cotações e de agravamento generalizado dos ritmos inflacionários.

Aspectos mais salientes da conjuntura económica nacional.

Entretanto, depois, na análise da conjuntura económica nacional, o dr. Miguel Quina disse:

«Dos números disponíveis das contas nacionais extrai-se que a taxa de crescimento real do produto interno bruto (a preços de mercado) terá sido em 1970, 1971 e 1972 de 7,8 %, 5,7 % e 7,8 %, respectivamente, tendo neste último ano a procura global sido incrementada sobretudo pelas despesas de investimento, com um acréscimo de 19,5 por cento em relação a 1971, e pelas exportações, com aumento de 15,8 por cento sobre o volume alcançado no período anterior».

Mais adiante, referindo-se a importantes problemas que o nosso país enfrenta neste momento, disse:

«Admitindo que os números definitivos relativos a 1972 e 1973 virão a confirmar os valores estimados para o primeiro destes anos e as inferências extraídas da evolução dos indicadores parcelares relativos ao segundo, a taxa de crescimento médio anual prevista no IV Plano de Fomento para o hexénio que está a iniciar-se — 7,5 por cento, em termos reais — não poderá considerar-se ambiciosa, situando-se, antes, no simples prolongamento das tendências observadas».

Seria, por isso, altamente desejável que, sem embargo da prossecução dos outros objectivos programados — nomeadamente os atinentes à melhoria na repartição dos rendimentos e na satisfação das necessidades sociais básicas e ao equilíbrio regional — se viesse a conseguir uma aceleração maior do ritmo de incremento do produto global, afim de assegurar à economia nacional efectivas condições de resistência ao embate que não deixará de implicar a eliminação dos obstáculos que ainda se opõem a uma plena liberalização do comércio nas relações com a Europa Ocidental industrializada».

Abordando, depois, com oportuna reflexão, o momentoso problema da inquietante subida dos preços, disse que «a despeito dos esforços até agora empreendidos, a inflação, longe de abrandar, tende até a intensificar-se ao sabor de perturbações relacionadas com o impacto da crise energética internacional nas frágeis estruturas da economia portuguesa». Acrescentou que as pressões inflacionárias em Portugal não são unicamente produto do contágio da alta mundial dos preços e chamou a atenção para os perigos de soluções que ainda mais fariam agravar a situação, dizendo:

«Sem que se minimize, assim, a gravidade do desequilíbrio monetário interno no caso português, impõe-se evidenciar os perigos que comportaria a pura e simples adopção da velha terapêutica monetarista no combate a tal desequilíbrio: uma acção restritiva indiscriminada da procura global provocaria uma paragem no processo de crescimento da economia, agravando os seus desajustamentos estruturais, de que o fenómeno da emigração em grande escala constitui uma das mais gritantes manifestações».

Assim, disse merecer pleno apoio a orientação, ainda recentemente reafirmada a nível governamental, de desenvolver aceleradamente a capacidade produtiva, incitando a uma crescente oferta de bens e serviços.

Não será possível atingir metas ambiciosas de desenvolvimento recusando condições ao sector privado para uma actuação plena e eficaz no domínio do crédito ao investimento produtivo

Entrando, em seguida, na análise do aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento de novos empreendimentos que permitirá ritmos de crescimentos mais elevados, disse o dr.

Miguel Quina registar-se com particular expectativa o propósito, consagrado no IV Plano de Fomento de rever os regimes legais de que depende o desenvolvimento do crédito a médio prazo.

«Mas seria essencial — acrescentou — que a prevista revisão pudessem proporcionar à banca privada, em termos de igualdade relativamente à banca pública ou semi-pública, amplas possibilidades de captação de recursos nas condições e pelos prazos adequados a possibilitar uma franca e efectiva intensificação das suas operações activas de apoio à industrialização do País. Não se vê, com efeito, como seja possível atingir, no grau desejável, metas ambiciosas de desenvolvimento com base num sistema de crédito em que ao sector privado — por sua natureza elemento dinâmico e dinamizador — continuem, no plano prático, a ser recusadas condições para uma actuação plena e eficaz no campo do crédito ao investimento produtivo».

Precisou, ainda, que o aperfeiçoamento e modernização da estrutura da banca comercial estão estreitamente associados a uma revisão dos diferenciais entre as taxas das operações passivas e activas estatuidas para aquele tipo de instituições, o que parece constituir uma premissa fundamental para que os bancos vejam normalizadas as condições da sua actuação.

A propósito, lembrou o dr. Miguel Quina que a tendência dominante na generalidade dos países da Comunidade Económica Europeia é, sem dúvida, a da universalização da função bancária. «Com efeito — afirmou — ao longo da última década, a progressiva transformação dos bancos comerciais, tradicionalmente acantonados no domínio das operações de curto prazo, em instituições de crédito de carácter multiforme, com expressivo alargamento da gama de serviços financeiros proporcionados à respectiva clientela e progressiva intensificação da prática de financiamentos industriais a médio e mesmo a longo prazo, terá porventura constituído a nota mais significativa na evolução dos sistemas bancários dos países europeus».

Citou então o orador os casos da Bélgica, da Dinamarca, da Holanda, onde os bancos comerciais, além das formas tradicionais de outorga de crédito, fazem correntemente empréstimos para fins de investimento, para tal, estão habilitados, no domínio das operações de verdadeiros depósitos de poupança.

Acrescentou ainda que a mesma orientação universalista se manifesta em França, no Reino Unido, na Alemanha Federal e na Itália.

Referindo-se que, ao examinar o problema do grau de especialização bancária actualmente existente no nosso sistema financeiro, o próprio IV Plano de Fomento reconhece a «necessidade de aproveitar e valorizar o aparelho institucional já montado», o dr. Miguel Quina afirmou:

«A esta luz, não parece justificar-se que a utilização de diversos instrumentos de captação de poupanças, como os previstos certificados de depósitos e outras formas de títulos a médio prazo, venha apenas a ser consentida aos estabelecimentos especiais de crédito e às instituições integradas no sector público; o efectivo aproveitamento das reais potencialidades técnicas, financeiras e organizacionais da banca comercial só será possível se lhe for permitido partilhar dos novos meios de captação dos recursos financeiros destinados ao financiamento do investimento reprodutivo».

O Banco Borges & Irmão procurou servir em toda a dimensão os interesses do desenvolvimento do País

Entrando na análise da actividade do Banco durante o ano transacto disse o dr. Miguel Quina que a instituição a que preside prosseguiu e intensificou, durante o exercício findo, o apoio ao investimento produtivo, visível designadamente em novo e sensível aumento da carteira de empréstimos a mais de um ano. Constituiu também preocupação constante do Banco — acrescentou o orador — a expansão das relações comerciais com o exterior, e em particular com os mercados da Comunidade Económica Europeia, traduzindo-se em volumosos financiamentos à exportação nacional e na acção de detecção e aproveitamento de oportunidades comerciais que

## “MANCOZAN,”

Para a sulfatação da vinha: Exija-o ao seu comerciante, para estar certo de uma boa colheita.

O PRODUTO, QUE NÃO TEM SIMILARES

Depositário no Concelho de Melgaço

Miguel Henrique Gonçalves Pereira

Rua da Calçada

Telefone 42212

## Vinho do Porto BARROS

De todos

De todos

mais saboroso

mais preferido

Lágrima Christi BARROS em França o mais apreciado

## Electrotécnica

de ANTÓNIO SOLHA & IRMÃO  
PRAÇA DA REPÚBLICA — MELGAÇO

RÁDIO

ELECTRICIDADE

TELEVISÃO

AMPLIFICAÇÕES SONORAS

Agentes da SIEMENS.

Prestam assistência técnica com competência e honestidade no nosso concelho.  
CONSULTE-NOS para as suas instalações!!!

## Agência de Viagens

“RUMO”

Passagens Aéreas e Marítimas

Bilhetes de comboio, a preços reduzidos para trabalhadores e familiares

Posto de Câmbios do

Banco de Agricultura

TELEF. 42278 — MELGAÇO

## Impostos no Mês de Maio

Imposto de Circulação — (Semestre ou 2.º Trimestre) 1974;

Imposto de Camionagem — (Semestre ou 2.º Trimestre) 1974;

Imposto de Compensação — (2.º Trimestre) 1974;

Não se verificando o pagamento destes impostos no mês do vencimento, começarão a correr imediatamente JUROS DE MORA.

Passados 60 dias sobre o vencimento dos impostos sem que se mostre efectuado o respectivo pagamento, haverá lugar a procedimento executivo.

Assine e Anuncie em  
“A Voz de Melgaço”



# Banco Borges & Irmão

## Relatório e Contas

Senhores Accionistas:

1. Os países do mundo ocidental encontram-se envolvidos, desde há alguns meses, numa delicada conjuntura económica e política. Os recentes aumentos no preço do petróleo e as limitações no respectivo abastecimento vieram reforçar o já preocupante ritmo de agravamento da inflação e ameaçam não só travar a expansão económica como também desequilibrar profundamente as balanças de pagamentos da generalidade dos países europeus. A crise da energia, que parece prolongar-se, faz que as perspectivas económicas para 1974 se revistam de um alto grau de incerteza, devendo, no entanto, esperar-se que a produção global venha a ser gravemente afectada, durante, pelo menos, os primeiros meses do ano. A indústria do Ocidente acabou de atravessar em 1972/73 o período de mais acentuada expansão dos últimos vinte anos, tendo aumentado 7% em 1973 contra 4,8% em 1972. Tudo indica, no entanto, que a aceleração registada nos últimos meses de 1972 e em grande parte de 1973, em resposta à intensidade da procura, se encontra agora bastante atenuada e que a baixa conjuntura venha a manter-se durante o ano em curso, a menos que se modifique a situação internacional. O nível do desemprego, tendo embora diminuído em grande número de países, mantém-se relativamente alto quando comparado com os valores registados em meados da década de sessenta. No que respeita à inflação, à maioria dos Governos foi tomando, durante o ano que findou, medidas crescentemente restritivas, com o objectivo de diminuir a pressão da procura sobre os preços. Infelizmente, o efeito dessas medidas acabou por ser contrariado pelo aumento do custo das matérias-primas — nomeadamente as de origem agrícola, o petróleo e os metais não ferrosos — e de produtos de base, como os alimentares. Deste modo, haverá que incluir na lista dos principais problemas para o ano corrente os que se relacionam com a persistência de uma inflação severa e com o aumento do desemprego.

2. O aumento dos preços das matérias-primas teve, com efeito, uma influência de primeiro plano na evolução da economia ocidental. Os preços do conjunto desses produtos sofreram aumentos duas a três vezes superiores aos registados em geral. Em Agosto de 1973 parece ter-se atingido o fim dessa escalada, mas, pouco depois, o agravamento da situação no Médio Oriente reacendeu-a, projectando-a, em alguns aspectos, para níveis sem precedentes. Como causas deste fenómeno tem-se referido a quebra da produção agrícola mundial por habitante, ocorrida em 1972, os acréscimos da procura, especulativos ou com fins de segurança, originados pela instabilidade monetária internacional e a própria reacção dos países produtores no termo de uma série de anos de quebra relativa dos preços. No entanto, não deve omitir-se que, sendo a O.C.D.E. uma zona auto-suficiente em 80% no que respeita a matérias-primas, foi também importante, como causa interna, a quase simultaneidade do aumento da respectiva procura na maior parte dos países membros. Contrariamente ao que o abrandamento dessa procura fazia prever, a penúria de alguns produtos, a crise da energia e a manutenção de «stocks» especulativos e de precaução são factores que devem contribuir para que, em 1974, venha a produzir-se apenas um abrandamento muito limitado no ritmo de progressão dos preços.

3. Em paralelo com a expansão da procura interna, o comércio da zona da O.C.D.E. com o exterior deve ter registado, em 1973, o maior aumento anual do pós-guerra: 14% em quantidade e 26% em valor. Os preços internacionais subiram também, em escala sem precedentes, devido às elevadas taxas internas de inflação, à espiral dos preços das matérias-

primas em geral e, em particular, ao recente aumento do custo do petróleo. Para o ano em curso prevê-se um abrandamento nítido da expansão do comércio exterior da zona, o qual deverá ser acompanhado de um menor aumento dos preços dos produtos exportados; no entanto, os preços dos produtos importados poderão voltar a aumentar tanto como no ano transacto. Conta-se, por outro lado, que o volume das exportações aumente mais do que o das importações, facto que mitigaria em parte a prevista deterioração da balança comercial da O.C.D.E.

4. Manteve-se acidentado durante o ano findo o caminho da progressiva adequação do sistema monetário internacional às profundas transformações entretanto operadas. Logo em Janeiro de 1973, a Itália instituiu um duplo mercado cambial para a lira. O conseqüente afluxo de capitais italianos à Suíça levou a que o banco central deste país suspendesse as suas intervenções no mercado. O crescente agravamento do défice da balança de pagamentos dos Estados Unidos tinha entretanto minado ainda mais a já débil confiança no dólar, e logo foram canalizados pelos especuladores volumes consideráveis desta moeda para o Japão e para a Alemanha Federal.

Os principais mercados cambiais estiveram encerrados por alguns dias em meados de Fevereiro, tendo o dólar sido então novamente desvalorizado em cerca de 10% relativamente ao ouro, mediante a elevação do preço oficial do metal amarelo. Este evento esteve na base da fixação, em Portugal, de uma nova relação escudo-dólar, que correspondeu, para a nossa moeda, a uma valorização de cerca de 7% em relação à moeda americana e a uma desvalorização de, aproximadamente, 4% relativamente ao ouro.

Não obstante a desvalorização do dólar, logo nos princípios de Março o recrudescimento da especulação forçou a novo e mais prolongado período de encerramento dos mercados cambiais, durante o qual teve lugar a conferência monetária de Paris, na qual se chegou a um acordo sobre a solução provisória dos problemas monetários, resolvendo-se intensificar os trabalhos do «Grupo dos Vinte» países encarregados de estudar a reforma do sistema. A taxa de câmbio central do escudo, entretanto, manteve-se. Os câmbios de um grande número de moedas entraram a flutuar em 19 de Março, tendo-se, no entanto, assistido, até meados de Maio, a um período de relativa calma, após o que se começaram a registar tendências muito divergentes. A partir dos fins de Julho, o dólar entrou em recuperação moderada, como reflexo do princípio de melhoria da balança de pagamentos norte-americana, recuperação essa que se intensificou desde princípios de Novembro, devido, em grande parte, à posição menos desvantajosa dos E.U.A. em relação à da Europa na crise dos E.U.A. em relação à

5. A economia da Metrópole parece ter pelo menos mantido, em 1973, o ritmo de expansão verificado no ano precedente, o qual se caracterizou, como se sabe, por uma aceleração na taxa de crescimento.

Ao sector primário continuou a não ser possível superar as dificuldades, em larga medida de carácter estrutural, que o têm afectado. No entanto, dentro desse condicionalismo, o ano que passou foi de certo modo favorável, mercê dos resultados obtidos em algumas produções agrícolas, na pecuária e na pesca. Nas indústrias extractivas parece estar a verificar-se algum progresso, visto que, por um lado, se manteve um ritmo intenso na exploração das pedreiras (sobretudo mármore) e, por outro, se registou maior procura e melhores cotações para alguns maiores produções mineiras, tais como o volfrâmio, o cobre e o estanho.

A produção das indústrias transformadoras continuou a ser um dos principais motores da expansão do produto nacional. Segundo se estima, essa produção aumentou 12% em 1972 e os indicadores disponíveis apontam para a manutenção dessa taxa durante o ano que findou. A procura externa continuou a desempenhar papel importante como suporte desta evolução, que se reflectiu correspondentemente no sector dos bens de investimento. Registou-se um maior número de casos de saturação do equipamento — sobretudo nos sectores de bens intermediários — e parece ter diminuído um pouco a escassez de mão-de-obra. O valor das autorizações de investimento na indústria voltou a experimentar um acréscimo muito apreciável.

No domínio dos serviços também a evolução foi geralmente favorável. As diversas modalidades dos transportes ganharam movimento, o comércio interno continuou a expandir-se e a modernizar-se e cre-se que o fluxo turístico terá ultrapassado as marcas do ano anterior. Não foi possível evitar que o clima de subida de preços que envolveu o mundo ocidental deixasse de se reflectir na nossa economia. Sobre tudo no último trimestre do ano a inflação

avivou-se, contrariando o abrandamento que se aguardava, a partir de meados de 1972. Continuaram a estar presentes os já conhecidos factores de ordem interna, os quais foram agora consideravelmente reforçados pelos aumentos de custo das matérias-primas importadas. O nível de emprego manteve-se praticamente estacionário, e é possível que a corrente emigratória se aproxime de um ponto de inflexão, devido ao crescente número de casos de não renovação de contratos de trabalho que se está a verificar nos países de destino, cujas economias foram severamente afectadas pela crise que marcou o panorama internacional de fim de ano.

Em 1972, o investimento e a conseqüente formação de capital atingiram taxas de expansão que podemos considerar excepcionais. Embora seja ainda cedo para se tirarem conclusões seguras quanto ao ano findo, a identidade de sentidos na evolução de vários indicadores, tais como a importação e produção de bens de equipamento, as intenções de investimento na indústria e a distribuição de crédito a médio e longo prazos, faz supor que em 1973 se tenha verificado nova expansão.

6. Durante os primeiros dez meses de 1973 um aumento das exportações mais do que duplo, do das importações permitiu uma certa atenuação do défice da balança comercial metropolitana. Registou-se uma inversão na tendência recente do comércio com o Ultramar, pois, em relação ao período homólogo de 1972, não só as vendas para esse mercado aumentaram cerca de 1 300 000 contos, como também diminuíram as compras dele originárias. A evolução neste sentido foi particularmente notória no caso do Estado de Angola, território com o qual a Metrópole viu reduzido o seu défice comercial, em Outubro, de quase dois milhões para pouco mais de trezentos mil contos. Os mercados da E.F.T.A. tinham melhorado, nos últimos anos, quase 50% das exportações portuguesas, seguidos pelos dos países do Mercado Comum e, em percentagem bastante menor, pelo Ultramar. Com a passagem do Reino Unido e da Dinamarca da E.F.T.A. para a C.E.E., as posições alteraram-se: para a E.F.T.A., na sua composição actual, encaminharam-se, até Outubro, apenas 14% das exportações metropolitanas, enquanto que para o Ultramar se dirigiram 15%. A C.E.E. alargada, pelo contrário, absorveu cerca de 48% do total até então exportado.

Como nossos fornecedores, a posição relativa dos dois blocos comerciais manteve-se, acentuando-se naturalmente o predomínio do Mercado Comum. A evolução dos saldos da balança cambial do Banco de Portugal durante grande parte do ano inculca que se tenha formado novo excedente na balança de pagamentos da zona do escudo, o qual, embora volumoso, se admite inferior ao precedente.

7. A expansão dos meios de pagamento (circulação monetária e depósitos), terá sido inferior à ocorrida em 1972, com relevo para os depósitos, quer à ordem, quer a prazo. O número de novas sociedades continuou em aumento e no mercado primário de títulos, as emissões de acções, depois de quase terem triplicado, em valor, de 1971 para 1972, mantiveram em 1973 um nível aproximado do anterior, com predomínio das emissões de empresas industriais. Relativamente às obrigações, parece que não terá tido continuidade o surto que se desenhou em 1972.

No mercado secundário, as transacções tiveram comportamento particularmente animado e, em dada altura processou-se uma intervenção sobre o funcionamento da Bolsa, no sentido de tornar menos especulativas as tendências do mercado, facto que não impediu, entretanto, que as cotações das acções subsissem muito apreciavelmente. No que se refere às transacções de obrigações, já a tendência foi precisamente a inversa.

8. No exercício das suas funções, teve este Conselho, sempre presente, a preocupação de compatibilizar a observância das normas e recomendações tendentes a atenuar as pressões inflacionistas com o objectivo de alcançar uma rentabilidade adequada para os capitais próprios do Banco. Equilíbrio difícil de atingir face à constância dos custos de financiamento, a postular uma melhoria dos índices de produtividade, que não é atingível sem um elevado grau de utilização dos fundos que afluem ao Banco.

Efectivamente, as «Despesas com o Pessoal» e as «Despesas Gerais» registaram acréscimos de 69 486 contos (29,5%) e 16 302 contos (19,5%), respectivamente, em relação aos valores por que se exprimiram no exercício anterior, sendo indispensável o primeiro, em larga medida, ao necessário ajustamento operado na remuneração dos nossos colaboradores. Houve, pois, que não descurar a aplicação dos,

depósitos, cuja evolução favorável se cifrou em 4 milhões e 82 mil contos, levando-os a atingir no final do ano a expressiva obra de 22 milhões e 456 mil contos. Daí que o saldo do crédito concedido tenha registado neste exercício uma variação positiva da ordem de 4 milhões de contos, mantendo-se a orientação de repartição sectorial, conjugada com a obediência aos critérios selectivos directa ou indirectamente definidos pelas autoridades monetárias.

Particular atenção continuou a merecer o crédito ao investimento em meios produtivos, e vários foram os projectos a que concedemos o nosso apoio financeiro, atingindo as operações desta natureza uma representatividade apreciável no total do crédito distribuído. Desejável será que se concretize com brevidade a intenção superiormente manifestada de promover a melhoria do esquema de funcionamento do crédito a médio prazo e do mecanismo de modo do banco central, de modo a torná-lo mais exequível e eficiente e a permitir atribuir menor peso ao risco de liquidez, que nele assume especial relevância.

Mantiveram-se ao longo de 1973 — e denunciam mesmo tendência para se agravarem — as desfavoráveis condições de exploração da banca comercial, só atenuadas pela meritória acção desenvolvida pelas comissões para o efeito existentes no seio do nosso organismo corporativo e pelo contributo positivo das operações ligadas ao comércio externo e às transacções sobre valores de Bolsa.

As immobilizações técnicas registaram neste exercício um aumento de 81 946 contos, valor dos investimentos líquidos, implicados pelo crescimento do Banco e pela continuação da política de constante actualização, imprescindível à melhoria de produtividade e de qualidade dos serviços. As verbas mais significativas foram aplicadas em instalações — 50 499 contos —, mobiliário e material — 15 219 contos — e imóveis — 14 162 contos.

9. A situação financeira evoluiu durante o exercício no sentido de maior aproximação dos valores estabelecidos nas disposições legais definidoras das regras de liquidez e solvabilidade dos bancos comerciais. No seu termo, as disponibilidades de caixa ascendiam a cerca de 4 milhões e 286 mil contos e a margem de solvabilidade, definível pelo excedente do activo disponível e realizável sobre o passivo exigível, exprime-se por 1 milhão e 216 mil contos, devendo considerar-se equilibrada a estrutura financeira do Banco.

10. Após terem sido efectuadas as dotações adequadas para fazer face ao deperimento dos bens do activo immobilizado e reforçadas as provisões, em medida determinada por critérios de objectividade e prudência, apurou-se o resultado líquido do exercício de Esc. 105 180 596 577, o qual, adicionado ao montante que transitara do ano anterior, perfaz a quantia de Esc. 105 915 647 548, que a Conta de Lucros e Perdas apresenta como saldo. Afigurando-se justo que a remuneração ao capital, que tradicionalmente se tem mantido ao nível hoje considerado muito modesto de 6%, tenda para valores mais de harmonia com a evolução que se tem vindo a operar no mercado financeiro, permitimo-nos propor a seguinte repartição para aquele saldo:

Fundo de Reserva Legal	11 000 000\$00
Outros Fundos de Reserva	34 000 000\$00
Cumprimento do n.º 2 do art.º 30.º dos Estatutos	4 410 000\$00
Dividendo (8% cativo de impostos)	56 000 000\$00
Conta Nova	505 647\$48

11. Queremos manifestar ao Conselho Fiscal o nosso mais vivo reconhecimento pela forma criteriosa como desempenhou a sua missão e pelo valioso contributo que a sua experiência e saber nos proporcionaram na gestão dos interesses sociais. A todos os elementos dos quadros de pessoal do Banco, bem como aos demais colaboradores, manifestamos com o maior prazer o nosso sincero agradecimento pela excelente colaboração recebida, facto da maior importância para a situação e resultados que o balanço exprime.

Porto, 31 de Janeiro de 1974

O Conselho de Administração

Miguel Gentil Quina — Presidente  
José da Silva Braga  
Rui de Carvalho e Cunha Fortes da Gama  
Fernando José de Carvalho Sousa  
Manuel Armando de Almeida Marques Guedes  
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque







## Secção de Rescaldos

Mais uma...

O director do «Notícias de Melgaço», sr. licenciado Abel Vaz, acusou-me, no seu jornal de 25-8-1969, de o ter injuriado e ofendido.

Entre vários arrazoados, sem razão, escreveu: «**dai que às injúrias e ofensas prefiramos responder com o respectivo procedimento criminal com vista ao qual já encetamos diligências...**».

O sr. lic. perdeu todo o trabalho que as diligências encetadas lhe exigiram, porque não procedeu criminalmente.

Arrependeu-se. Melhor lhe foi recuar, que descaír, como ainda há bem pouco tempo lhe aconteceu com um genro do sr. Maia, de S. Gregório, a quem fez acusação, que depois não provou em tribunal.

Vá lá, que, no meu caso, abriu os olhos ainda a tempo de evitar o desaire de não provar as acusações que me imputou.

Recuo feliz, o do sr. lic. Abel Vaz.

O melhor, seria não ter de recuar.

A. RODRIGUES

## Bombeiros Voluntários

Uma vez mais a Snr.<sup>a</sup> D. Tamar Rocha, cujo espírito bemfazejo nunca será demasiado enaltecer, quis auxiliar os nossos Bombeiros Voluntários, organizando um magnífico recital, com o seu Grupo Infantil, que se exibiu na Séde da Associação Humanitária, na tarde do dia 6 deste mês de Abril.

Fez a apresentação do Grupo Infantil o Rev.<sup>o</sup> Padre Albertino Pereira, digno Pároco da freguesia de Paderne, onde reside a Snr.<sup>a</sup> D. Tamar e também residem, ou dela são naturais, os componentes desse Grupo, e que em palavras eloquentes e bem justas, destacou o magnânimo coração daquela Senhora, a par do seu talento e arte para ensaiar e educar as crianças que o compõem, exaltando a Corporação dos Bombeiros Voluntários, esses Soldados de Paz, sempre prontos a prestar auxílio a quem deles precisa, numa abnegação e altruísmo, merecedores da maior ajuda, nesta época tão egoísta.

Seguidamente as crianças, Alberto Manuel Ranhada Domingues, Anabela Martins de Abreu, Anabela Rodrigues, Carlos Lira, Fernando Lira, José António Monteiro Ribeiro, Luís Rodrigues, Maria Fernanda Gonçalves, Maria João Silva, Maria do Rosário Lira, Ofélia Pinto, Paula Lira, Paulo Ribeiro, Rosa Maria Fernandes, e Rui Vieira Ribeiro, executaram um variado programa, de canto, duetos, córos, declamação, danças, e até uma apropriada peça teatral «*Nem tudo o que Luz é Ouro*», com uma graciosidade, um à vontade, uma «maestria», bem merecedora dos calorosos aplausos, que lhes foram dispensados.

No final, e extra-programa, a Snr.<sup>a</sup> D. Tamar, que acompanhara, em acordeão, os diversos números cantados pelo seu Grupo Infantil, quis ainda deliciar os assistentes com dois «fados de Coimbra», que ela cantou, com excelente voz, bem timbrada e cultivada, e lhe mereceram os mais quentes e sinceros aplausos.

Foi, assim, uma tarde inesquecível para os sócios da Associação, que tiveram ensejo de assistir a essa magnífica festa, sòmente sendo de desejar como todos certamente desejam, que ela se repita, não só uma, mas muitas mais vezes.

## Uma sugestão para ser estudada por vários melgacenses

Pretendo apresentar uma sugestão para ser estudada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço relacionado com a perda da ambulância no acidente de Viação recentemente ocorrido nas proximidades da Vila dos Arcos de Valdevez. Formar uma comissão para angariação de donativos destinados à compra de nova viatura e outra que se responsabilize pelo pagamento de um ordenado mensal a um quartelheiro de serviço permanente para a corporação. Entre todos os Melgacenses creio que não será difícil levar a efeito a concretização desta aspiração e penso que todos reconhecem os benefícios que dela se podem usufruir. A começar por todos os agentes das autoridades civis, militares e religiosas e ainda pelos senhores capitalistas, proprietários, comerciantes, adeptos de futebol e por toda a população em geral, nada custa comprar uma nova ambulância para os nossos briosos e destemidos soldados da paz, que a toda a hora e momentos arriscam voluntaria-

mente as próprias vidas para salvar as dos seus semelhantes sem intenção de ganhar dinheiro. Mas como é indispensável um quartelheiro de serviço permanente para conduzir a ambulância e para se ocupar da conservação e limpeza do material e do próprio quartel, é preciso estudar a forma de angariar donativos destinados ao pagamento do seu ordenado. Nesse sentido os agentes poderiam contribuir os agentes de todas as autoridades, inscrevendo-se e angariando novos sócios. Até mesmo os reverendos párocos, sempre prestáveis em tudo que diz respeito ao bem dos nossos semelhantes, podiam pedir aos seus paroquianos para se inscreverem, pelo menos uma pessoa de cada casa. Seria interessante que todos os funcionários públicos de Melgaço fossem sócios dos seus Bombeiros Voluntários e Deus seja que esta minha sugestão seja bem compreendida e aceite, que no próximo número deste jornal continuarei a tratar do assunto.

Manuel Caldas

## O Tema do Licenciado

(Continuação da 1.<sup>a</sup> página)

Se não houve tal crime, porque não actua contra o autor da «propaganda», lic. Abel Vaz Presidente da C. Concelhia da A. N. P., que só redundaria em seu desprestígio perante o público leitor do «Audaz»?

Diz a sabedoria popular: *Quem cala, consente.*

Que a administração do professor Rodrigues foi séria e honesta, sabem-no todos os funcionários e sabe-o toda a gente que o conhece, e não sofre das maleitas do ódio. Até o suspeitíssimo dr. Saldónio S. S. S. S., actual Presidente da Câmara, o inquiridor, segundo informação digna de todo o crédito, afirmou, à mesa do café e há pouco tempo, que o professor Rodrigues sério e honesto que era.

Que dirá a isto o licenciado, seu compadre?

O professor nunca defraudou o erário municipal em seu proveito, mas prejudicou-se e prejudicou a família em proveito do erário municipal.

A seu tempo, se fizer falta, se fará a prova duma e outra afirmação.

O professor está apto a responder ao inquirido, quando lhe apresentarem a nota de culpa, o que ainda não fizeram.

Continue o licenciado a fazer barulho, para o que tem dado sobejas provas de ter jeito, afim de ver se consegue despertar quem, já há muito, deveria ter falado.

A. Rodrigues

(Atrazada na Redacção)

## Melgacenses

Honremos a nossa Pátria e a nossa terra, dando à Junta de Salvação Nacional a colaboração activa que nos pede a bem de Portugal.

## Não deixemos morrer o Rio Minho

Rio Minho voltará a ser um dos primeiros da Península Ibérica.

Foi em 8 de Abril p. p. convocada uma reunião de proprietários de pesqueiras para no Posto de Fiscalização da Pesca em Melgaço tomarem conhecimento de as exposições que enviaram às esferas superiores e tiveram os respectivos despachos.

Como o assunto será proposto pela Comissão Internacional de Limites de que trata o Decreto-Lei n.º 47595 de 20 de Março de 1967, será provável que será um pouco morosa. — O que se pode afirmar é que tudo que foi exposto é verdadeiro, se não fomos atendidos, redundará em enormes prejuízos para Portugal e Espanha, vemos desaparecer de ano para ano, uma importante riqueza, visto que o delicioso salmão, savel, trutas, lampreias e outras espécies, vem dos mares nórdicos procurando água doce para desobar.

As descargas das barragens espraíam o repovoamento pelas margens, fecham-nas, o rio seca de repente e o peixe miúdo fica em seco, sendo morto pelos raios solares. Há necessidade de regular as águas, para serem aumentadas as produções.

M. S.

## Espelhos e Cristais

Vidros para Janelas Automóveis e Estabelecimentos

TELHAS E TIJOLOS DE VIDRO

Sociedade de Cristais, L.da

Rua do Almada, 25 - PORTO - Tel. 25326

## PENSAMENTO

«Por mais pueril que pareça um autor, encontra sempre um leitor que se lhe parece».

S. Jerónimo

## Atenção Surdos de MELGAÇO

VOLTAR A OUVIR É VOLTAR A VIVER

A CASA SONOTONE estará convosco ao vosso serviço e Inteltemente ao vosso dispor na

## Farmácia Durães - MELGAÇO

no Dia 7 DE MAIO, das 15 às 16,30 horas, onde vos apresentará a mais moderna e completa gama de aparelhagem auditiva para adaptação racional a cada caso individual: Óculos auditivos — Modelos de bolso — Modelos retroauriculares — Modelos Pérola IV e Miracle VI (usados dentro do ouvido, sem fios nem tubos) e os sensacionais modelos populares.



A CASA SONOTONE faculta-vos gratuitamente e sem compromisso exames audiométricos e experiências práticas. VISITEM-NOS na FARMÁCIA DURÃES, no DIA 7, das 15 às 16,30 horas.

CASA SONOTONE PRAÇA DA BATALHA, 92-1.º - PORTO POÇO DO BORRATÉM, 33 S/1 - LISBOA